

## A EDUCAÇÃO E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES

Autora: Marineide da Mota Mercês

*Universidade de Pernambuco – Campus Mata Norte*

*Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria do Carmo Barbosa (mcbmeloupe@gmail.com)*

**Resumo:** Pensar a escola através de sua história é tarefa multidimensional, uma vez que o processo de formação da educação se deu também a partir dos importantes momentos vivenciados pela sociedade. A escola tem um papel fundamental na construção dos sujeitos, considerando ainda que é um espaço onde se deve acolher e cuidar das diversidades humanas, promovendo conhecimentos baseados nas demandas que favoreçam identificações singulares e coletivas. Nesse sentido faz-se importante entender as novas configurações sociais, interesses e protagonismos dos sujeitos acerca de suas identidades e direitos, bem como a forma como se tem tratado tais temáticas nos espaços de formação educacional. O cerne desse estudo será buscar, a partir de uma revisão bibliográfica, o entendimento sobre como a educação tem se colocado frente as novas configurações familiares, e conseqüentemente, como a escola tem se preparando para acolher as demandas oriundas desses novos formatos de família. A compreensão do sentido social não está fixado em aspectos limitados, ela obedece à dinâmica do sujeito singular e social que visa reconhecimento de pertença, que se justifica em sua identidade no meio ao qual estar inserido. Pretende-se com esse estudo, não apenas problematizar a temática, outrossim, tem-se o viés intencional de dialogar sobre essa importante familiaridade entre esses dois universos tão importantes para o desenvolvimento do sujeito, que tem na família, o seu primeiro encontro de pertença social, e na escola, através dos múltiplos saberes e processos de multidisciplinaridade, a ampliação do sentido de pertencimento, considerando ainda a contribuição dos demais atores do campo social. Está a escola, e sobretudo, a educação, preparada para tais desafios?!

**Palavras-chave:** Educação, família, sociedade, identidade, pertencimento.

### INTRODUÇÃO

O ambiente escolar é sobretudo um ambiente social, por ser essencialmente o lugar de reconhecimento do conhecimento humano. Aprender e ensinar requer uma pluralidade não fixada, pois as demandas emergem do sujeito e este sempre será alimentado por seus sentimentos de pertença e identidade. Pensar a escola através de sua história é tarefa multidimensional, uma vez que o processo de formação da educação se deu também a partir dos importantes momentos vivenciados pela sociedade. A escola tem um papel fundamental na construção dos sujeitos, considerando ainda que é um espaço onde se deve acolher e cuidar das diversidades humanas, promovendo conhecimentos baseados nas demandas que favoreçam identificações singulares e coletivas. Nesse sentido faz-se importante entender as novas configurações sociais, interesses e

protagonismos dos sujeitos acerca de suas identidades e direitos, bem como a forma como se tem tratado tais temáticas nos espaços de formação educacional.

A compreensão do sentido social não está fixado em aspectos limitados, ela obedece à dinâmica do sujeito singular e social que visa reconhecimento de pertença, que se justifica em sua identidade no meio ao qual estar inserido. Socialmente, tem-se trabalhado a formação de grupos que visam proporcionar o empoderamento dos sujeitos a partir de sua identidade, fazendo conhecer as infinitas diversidades existenciais dos sujeitos, que não cuidam apenas de suas diferenças de forma individual, mas que busca entender-se dentro de um contexto coletivo que muito contribuem para sua compreensão de pertencimento. Tratar desses importantes aspectos implica enfrentamentos que perpassam as condições existenciais da pessoa humana. Para LACAN (1999) “[...] não há sujeito se não houver um significante que o funde” (p. 195). Assim, pensar esse sujeito sem considerar o meio onde o mesmo está inserido, sem pensar sobre suas configurações familiares, sem pensar sua cultura e sobretudo os elementos necessários para que ele possa sentir-se pertencente, poderá significar a negação do mesmo e de sua identidade.

A importância de entender e reconhecer ser a família o espaço que irá promover o primeiro encontro do sujeito com a sociedade, e ainda como o lugar que irá construir o pertencimento do sujeito em si, para si e para a sociedade da qual ele fará parte, têm-se intensificado no campo escolar de forma sine qua non. Quando a escola não reconhece a diversidade do sujeito, ela automaticamente bloqueia a promoção e garantia dos direitos equânimes dos mesmos, e ainda engessa os formatos, retroalimentando estigmas e inviabilizando o sentimento de pertença dos sujeitos no universo escolar.

No processo educacional as identidades precisam ocupar um lugar favorável para o reconhecimento de pertença social dos sujeitos. Aproximar-se desse entendimento será possível quando o diálogo estabelecido visar sua expressão transicional, que é a execução das elaborações subjetivas que constroem e articulam seus objetivos de forma dialogada entre o eu e o outro, bem como as diferenças existentes. Para HALL (1997), “[...] ao examinar sistemas de representação, é necessário analisar a relação entre cultura e significado” (p. 17). A partir do autor, a importância dos sistemas de representações só será entendida quando for entendida também a sua relação de pertença, isso se ajusta quando se pensa nos sujeitos singularizados por sua essência única, mas que pertence ao outro através de sua história cultural que proporciona o entendimento dos seus significados.

A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis

respostas às questões: Quem sou eu? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? (WOODWARD, 2000, p. 17).

O ambiente educacional favorece a compreensão das representatividades sociais, e ainda é uma inesgotável fonte de saberes. A cientificidade acadêmica tem uma importância imprescindível para o desenvolvimento social nas mais variadas formas de sustentação humana, mas a troca e a construção dos saberes a partir das pertencas identitárias promovem o conhecimento do sujeito que se pensa, que se elabora e que se descobre no outro, promovendo assim as vivências coletivas que irá subsidiar o crescimento plural dos indivíduos.

O caráter interdisciplinar do universo escolar é favorável para a compreensão de mundo nos mais variados aspectos, e sua importância justifica as ações educacionais propostas. O sentido de buscar a construção dos sujeitos a partir desses espaços deve configurar o avanço para a educação dialogada e compartilhada com ele próprio em identidade e pertencimento.

Hodiernamente encontramos a sociedade imbuída em buscar sentido e reconhecimentos a partir de suas identidades socioculturais a fim de justificar a importância e contribuições oriundas das produções singularizadas e coletivas. Ser escritor, por exemplo, será validado ou não, no sentido de sucesso, quando o que se pesquisa for fonte de contribuição para um determinado fim ou grupo social. Isso pode ser a explicação para a mutação das sociedades, ou ainda, para compreensão da diversidade humana, que é plural e, sobretudo não fixada em um só interesse. De outra forma não se teria como objetar entendimentos para as mudanças ou como dimensionar a atribuição necessária para que as mesmas aconteçam. Nesse sentido, este estudo propõe em si, repensar a lógica social atribuída a família, visando entender as novas configurações familiares, amparando-se nos construtos da educação como um universo transformador que é e sempre será para a sociedade. A pluralidade do sujeito social, amparada pelas leis que visam garantir a equidade social, precisa ser a mesma discutida na escola, de fora para dentro e de dentro para fora, fortalecendo sua aproximação e parceria com os arredores dos seus muros, com os demais atores do campo social; promovendo nesse sentido o sentimento de pertença para os mais diversos segmentos da condição humana. Estar na escola precisa alcançar o mesmo patamar do “ser” e permanecer na escola, por quererem que perpassam a necessidade do conhecimento científico, mas que possam dá conta do desenvolvimento biopsicossocial da pessoa humana.

## METODOLOGIA

Enquanto proposta metodológica, este estudo se constitui em uma pesquisa bibliográfica onde encontra-se relacionada a temática da família enquanto novas configurações familiares, e a educação enquanto processo de mediação no universo escolar. Toma-se como aporte teórico os autores: Girardi (2001), Santos (2007), Zamberlam (2001), dentre outros teóricos que trabalham o contexto da família e a educação como processo de identidade e pertencimento do sujeito.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A história da família ao longo do tempo tem se construído sobre vários vieses, sobretudo quando reparamos pelas grandes transformações humanas, o que vem se justificando na nascente dos vários tipos de configurações familiares.

A família inicia sua história com a configuração de patriarcado, que embora consideremos os avanços, bem como o seu desuso, este modelo perdura até o século XXI, tendo em vista que ainda sofremos por seus resquícios, onde pelo menos o estigma ainda nos convida a retomarmos as discussões acerca dos valores e das diferenças de diversidade de gênero, relação racial, tolerância religiosa, da própria relação familiar, etc., dentro e fora dos grupos familiares. Nesse sentido, as experiências reais apontadas pelo campo social e político propõe uma reflexão sobre o quanto realmente avançamos nesse contexto e ainda o quanto precisamos avançar para não cairmos em retrocessos que fatalmente se refletirá nos desajustes que inviabilizam o crescimento individual e coletivo.

Cabe destacar que o patriarcado não designa o poder do pai, mas o poder dos homens, ou do masculino, enquanto categoria social. O patriarcado é uma forma de organização social na qual as relações são regidas por dois princípios básicos: 1) as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens e, 2) os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos. A supremacia masculina ditada pelos valores do patriarcado atribuiu um maior valor às atividades masculinas em detrimento das atividades femininas; legitimou o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia femininas; e, estabeleceu papéis sexuais e sociais nos quais o masculino tem vantagens e prerrogativas (MILLET, 1970 *apud* SCOTT, 1995).

Diante o modelo que dá poder a um em detrimento de outros, não seria fácil sua destituição, e em vista disso, reconhecer a importância da mulher enquanto pessoa apta a conduzir um grupo familiar teve em si inúmeros enfrentamentos, a começar por sua inserção no mercado de trabalho para além de sua jornada doméstica, quando além de ter a responsabilidade de manter a família e a casa, ainda teria de organizar-se profissionalmente. Esta tarefa ainda trouxe alguns desdobramentos, como por exemplo, a disponibilidade de cursos profissionalizantes que tinham direcionamentos

apenas para os homens, ficando para as mulheres às profissões muito comparadas as pretensas quando as tarefas domésticas eram consideradas enquanto única labuta possível. Assim, o empoderamento da mulher teve um custo alto em vários sentidos, bem como o seu próprio reconhecimento de poder travar batalhas para ser sujeito de importância nas contribuições sociais, políticas e culturais e fortalecer-se em igual valor na sociedade contemporânea.

Se para reconhecer a mulher como pessoa capaz de prover um grupo familiar foi um processo árduo e permeado por barreiras impostas social e politicamente, não poderia se pensar em formatos mais brandos para as novas configurações familiares nascentes, como por exemplo, núcleos compostos por duas mulheres, ou por dois homens. Estes grupos apesar de suas incansáveis lutas e conquistas de direitos, ainda sofrem preconceitos e rechaços por vários outros grupos, apesar de ser uma realidade vivida por milhares de pessoas e que tem resultados positivos na construção de pertença familiar. E como colocou a Corte de Justiça do RS, segundo Giorges (2001 *apud* Farias, 2001):

União homossexual. Reconhecimento. Partilha do patrimônio. Contribuição dos parceiros. Meação.

Não se permite mais o farisaísmo de desconhecer a existência de uniões entre pessoas do mesmo sexo e a produção de efeitos jurídicos derivados dessas relações homoafetivas. Embora permeadas de preconceitos, são realidades que o Judiciário não pode ignorar, mesmo em sua natural atividade retardatária.

Nelas remanescem consequências semelhantes às que vigoram nas relações de afeto, buscando-se sempre a aplicação da analogia e dos princípios gerais do direito, relevados sempre os princípios constitucionais da dignidade humana e da igualdade.

Desta forma, o patrimônio havido na constância do relacionamento deve ser partilhado como na união estável, paradigma supletivo onde se debruça a melhor hermenêutica. Apelação provida, em parte, para assegurar a divisão do acervo entre os parceiros. (sp.)

No campo afetivo, as novas configurações familiares têm ganhado novos direcionamentos, hoje o diálogo apesar de mais aberto para as temáticas que no passado eram considerados enquanto tabus, tem-se mantido mais escassos devido aos interesses individuais dos seus membros e ainda observa-se que o crescimento tecnológico tem colocado uma nova dinâmica familiar, dificultando o acesso para as trocas afetivas, desencadeado novas formas comportamentais que dificultam a construção de pertencimento. Para o advogado e professor de direito, Luiz Edson Fachin (2000 *apud* GIRARDI, 2001).

Numa sociedade de identidades múltiplas, da fragmentação do corpo no limite entre o sujeito e o objeto, o reconhecimento da complexidade se abre para a ideia de reforma como processo incessante de construção e reconstrução. O presente plural, exemplificado na ausência de modelo jurídico único para as relações familiares, se coaduna com o respeito à diversidade, e não se fecha em torno da visão monolítica da unidade.

Considerando as inúmeras transformações políticas e sociais no campo familiar e ainda as mudanças em seus formatos, como família extensa, família desconstruída, família monoparental, família recomposta e homoparental, e ainda no que tange a diversidade de gênero, raça, religião e interesses plurais, faz-se importante entender a importância de se reparar no campo de pertencimento a influência trazida pelos grupos familiares na construção dos sujeitos e o quanto ela pode ser positiva ou não, em suas respectivas reconstruções. Segundo a psicóloga e terapeuta familiar Cristina de Oliveira Zamberlam:

Nunca antes as coisas haviam mudado tão rapidamente para uma parte tão grande da humanidade. Tudo é afetado: arte, ciência, religião, moralidade, educação, política, economia, vida familiar, até mesmo os aspectos mais íntimos da vida – nada escapa (ZAMBERLAM, 2001).

É muito comum nos depararmos com discursos sociais de que determinada família é estruturada por ser composta de pai e mãe que trabalham, ou que sejam abastados ou mesmo por ser de sobrenome “x” ou “y”. Se trouxermos tal reflexão para a relação racial, a família negra sempre foi colocada de forma inferior à família branca, onde uma teria resultados positivos por ser o que já eram “brancas”, e estes já nasciam como pessoas natas para o desenvolvimento social, intelectual, etc., enquanto a família negra nascia para servir e fazer com que a profecia ariana se cumprisse. Em uma palestra ministrada pelo sociólogo e professor, Dr. Kabengele Munanga, DIVERSIDADE, IDENTIDADE, ETNICIDADE E CIDADANIA, Prof. Kabengele MUNANGA Departamento de Antropologia – USP possibilitou um entendimento mais ampliado sobre estas importantes temáticas que devem e precisam ser observados para entendimento do conceito de sociedade e pertencimento.

Todos nós, homens e mulheres somos feitos de diversidade. Esta, embora esconda também a semelhança, é geralmente traduzida em diferenças de raças, de culturas, de classe, de sexo ou de gênero, de religião, de idade, etc. A diferença está na base de diversos fenômenos que atormentam as sociedades humanas. As construções racistas, machistas, classistas e tantas outras não teriam outro embasamento material, a não ser as diferenças e as relações diferenciais entre seres e grupos humanos. As diferenças unem e desunem; são fontes de conflitos e de manipulações socioeconômicas e político-ideológicas. Quanto mais crescem, as diferenças favorecem a formação dos fenômenos de etnocentrismo que constituem o ponto de partida para a construção de estereótipos e preconceitos diversos (MUNANGA, 2000).

E toda essa trajetória de injustiças nas relações raciais se justifica ao longo da história, quando se pode compreender por que a pobreza financeira está para a pessoa negra, ou por que as profissões subalternas também estão destinadas as mesmas, e ainda por que se tem que defender o sistema de cotas, etc. E a resposta para estes e tantos outros questionamentos estão na negação e violação de direitos igualitários para todas as pessoas, e nesse sentido, subjugar o outro por sua situação e condição de sobrevivência sem atentar para os importantes fatores que proporcionaram o

fracasso social, seria minimamente uma tentativa de dizer que a sociedade como um todo “não tem nada a ver com isso”, quando podemos entender que a disparidade existente na distribuição dos recursos financeiros é significativamente uma construção histórica, assim, as vítimas oriundas dessa má distribuição de renda, negação e violação de direitos, e ainda na subjugação de valores, não poderá ser justificada em suas vítimas, fazendo-se então mais que necessário o acompanhamento e empoderamento destas camadas sociais, para que conhecendo as políticas públicas criadas para minimizar as graves injustiças vivenciadas, possam se reconstruir enquanto pessoa de direito e pertencimento social.

A família influencia seus membros das formas mais diversas, esperando fazer deles um prolongamento de si mesma e de seu meio cultural. Sendo o principal agente de socialização, facilitará a apreensão da criança do seu papel, participando do mundo social e interiorizando-o. Na família modela-se ou programa-se o comportamento e o sentido de identidade da criança (SANTOS, 2007).

Considerando a importância da família enquanto primeiro grupo de pertencimento e responsável primeiro pela construção de socialização faz-se necessário atentar para sua dinâmica, como se dá as formas de conduzir a formação de sujeito dos seus membros. É importante que os demais atores no campo social e político tomem seus respectivos lugares como também responsáveis na construção do processo de socialização, realizando efetivamente a execução das políticas públicas destinadas para este fim e ainda contribuindo com eficácia na garantia de direitos e com a reparação imediata das violações de direitos. Entretanto, é preciso atentar para uma organização familiar na qual o afeto seja um instrumento significativo na construção dos seus sujeitos, no qual o mesmo possa sentir-se pertencente ao núcleo e nesse sentido, a importância de se pertencer a um lugar onde estão suas raízes socioculturais possa servir para fortalecimento dos seus vínculos no universo onde está inserido.

Para a criança em processo de desenvolvimento, bem como, para o adolescente, entender a importância que sua falta faz no contexto social e familiar, deve servir como ponto de partida para as tomadas de decisões do sujeito em sua vida adulta. As responsabilidades precisam ser ensinadas dentro de uma lógica existencial positiva, pois o contrário disso, quando é ofertado em caráter punitivo e ameaçador a sua existência, o sujeito tende a se defender com a maturidade que tem, e nem sempre estão preparados para discernir sobre tais atitudes, pois ainda lhe falta subsídios para dimensionar as consequências que tais atitudes poderão trazer a sua vida.

Outro relevante fator para a construção dos sujeitos no campo sociocultural é a importância que tem o mesmo sobre o olhar da sociedade, ou seja, se por fatores como relação racial, condição financeira, negação dos direitos básicos para o seu desenvolvimento, como saúde, moradia,

educação, etc., e ainda sobre abandonos e rechaços de vários aspectos. Não se forma cidadãos estruturados oriundos de realidades tão negativas e violadoras de seus direitos. Esta é uma falácia social, que exige o que não oferta, e ainda criminaliza sua não subserviência.

Pensar as construções e configurações familiares sem retornarmos a família do passado, levando em consideração seus comportamentos, certamente dificultaria as identificações necessárias para compreender onde estão às mudanças, se configuram ou não enquanto relevantes para repensar os valores familiares. De certo que os interesses da família contemporânea estão bem afastados da família do passado, isso se justifica nos interesses plurais e na diversidade social, afetiva, profissional, cultural, política e etc. das pessoas do século XXI, tudo isso ainda considerando os grandes avanços na compreensão de gênero, relação racial, credo, etc. Entretanto, há três recortes da família do passado que sofreram transformações na família contemporânea, recortes estes que nos convidam refletir minuciosamente nas relações familiares: Respeito, Afetos e Diversidade. Começaremos com o respeito.

Se na família do passado o respeito era uma imposição, podemos considerar um avanço da relação humana quando nos deparamos com a transformação de imposição para conquista. Hoje o respeito é algo que precisa ser conquistado mediante sua oferta. Pais, mães, responsáveis e cuidadores que respeitam seus filhos e que se respeitam entre si, garantem efetivamente essa conquista.

No que tange aos afetos, se no passado estes foram considerados enquanto honra familiar, a obediência e o incondicional amor pelos pais, mães, irmãos e familiares em geral, também se pode identificar uma significativa mudança. Os afetos hoje são oriundos das trocas, da compreensão e da maneira como são ofertados os cuidados entre os membros de um núcleo familiar. Poderíamos dizer que hoje o amor incondicional passou a ser mais racional, e ocupando o lugar da razão ele ganhou um novo significado facilmente encontrado nas trocas afetivas. Entretanto, esta racionalidade proporcionou outros desdobramentos, pois a falta afetiva deixou de ser banalizada para ocupar um lugar de desamparo que muito tem contribuído para as rupturas dos vínculos familiares, e nesse sentido, a afetividade deixando de ser alienada passou a ser verbo de ação na construção das identidades e pertença familiar, podendo trazer graves consequências na formação do sujeito.

E por fim, uma vez que separamos apenas três temas de observação, a Diversidade no contexto familiar nos permite incluir inúmeros temas transversais, como por exemplo: relação racial, sistema de classes, laicidade, homossexualidade, profissão, gênero, cultura, etc. Estas transversalidades não eram permitidas na família do passado, entretanto, hodiernamente ela é

discutida nos mais diversos núcleos familiares. A segregação e injustiça racial passaram a serem apontamentos entre pais, mães e cuidadores que tiveram que ouvir seus filhos e filhas ávidos por mudanças e equidade social, política, jurídica, psíquica, etc. Filhas e filhos que exigiram que seus pais, mães e cuidadores repensassem suas atitudes e sofrimentos vividos pelo preconceito e discriminação racial, para que pudessem juntar-se as suas respectivas indignações sobre um processo injusto que criminalizou as pessoas negras pela pigmentação de sua pele. Assim também se deram as discussões familiares sobre as religiões e sobre a laicidade constituída. Como também a homossexualidade não mais atribuída apenas com quem se faria sexo, mas com quem e para quem seria ofertado e compartilhado os seus afetos, o direito de amar a quem quisesse. Não menos importante, mas tão decisiva no campo das realizações pessoais, no passado a família escolhia a profissão dos seus filhos, hoje a família é comunicada sobre qual a profissão escolhida, como a cultura a ser seguida. No que diz respeito ao gênero e a submissão de um em detrimento do outro, as relações homens e mulheres muito avançaram no contexto familiar e no sentido de equidade e direitos, mas infelizmente a cultura do estupro, do machismo e do sexismo que afeta tão violentamente ao gênero feminino, ainda levará anos para uma desconstrução nos núcleos familiares e assim ocupar avanços maiores na sociedade. Pois se a família foi um dos atores que protagonizou a construção do machismo, será também seu papel trabalhar em sua desconstrução, e para tanto, entende-se que a escola tenha subsídios mais que suficientes para enfrentar e mediar tamanha intervenção social.

Considerando todas as transformações as quais a família se sujeitou e as quais foram sujeitadas por intervenções jurídicas, sociais, educacionais, políticas, psicológica e etc., nos permite entender seu importante papel, que já nasce com o desafio de cuidar para que os seus arranjos e configurações coadunem com as regras e imposições de vários aspectos. Se o sujeito não consegue realizar um projeto sozinho, nem mesmo isolar-se e viver sozinho, mesmo considerando sua subjetividade e defesa, deverão observar que a família também não se faz sozinha, que temos um amparo do qual copiamos das culturas, das quais nos tornamos sujeitos identitários e ainda temos uma lógica social, que infelizmente tem abandonado ou mesmo se afastado dos instrumentos essenciais para construção e desenvolvimento do sujeito, para cair no reducionismo das imposições, que nem sempre visam à equidade, a defesa e a garantia do direito fundamental a vida. Nesse sentido, a educação deverá ocupar o seu caráter social transformador, com seus construtos de sociedade que pode assumir seu papel de protagonismo para tais mudanças. Obviamente, surgirão

inúmeros obstáculos, entretanto, nos cabe perguntar: está mesmo a educação, através dos seus múltiplos papéis, preparada para tais desafios?

## CONCLUSÃO

A parte mais difícil desse trabalho é identificar o seu término. Falar sobre a família, em si já nos faz refletir que não há uma receita pronta que favoreça sua dinâmica, como também não existe um único formato, prova disso são as suas novas configurações. Mas, trazendo para nós em um sentido de Autopoieses, é possível que dentro de cada sujeito exista uma força fenomenológica que possibilite sua reinvenção. Como tão bem colocou Humberto Mariotti, em seu artigo Autopoiese, Cultura e Sociedade.

Poiesis é um termo grego que significa produção. Autopoiese quer dizer autoprodução. A palavra surgiu pela primeira vez na literatura internacional em 1974, num artigo publicado por Varela, Maturana e Uribe, para definir os seres vivos como sistemas que produzem continuamente a si mesmos. Esses sistemas são autopoieticos por definição, porque recompõem continuamente os seus componentes desgastados. Pode-se concluir, portanto, que um sistema autopoietico é ao mesmo tempo produtor e produto (MARIOTTI, 2000).

Então a tarefa passa a ser ainda mais complexa quando se pretende falar sobre a importância da família frente ao processo educacional, mesmo concordando com o caráter transformador e socializador que a precisa ter. Compreendemos inúmeras responsabilidades já tão cobradas política e socialmente, do universo escolar, entretanto, não podemos abrir mão de sua imprescindível e importante parceria.

E por um final necessário para a conclusão do nosso trabalho, confiando na fenomenologia da existência humana, amparados ainda pela Autopoieses e singularidade do sujeito, a poesia de Guimarães Rosa, em sua obra, *Grandes Sertões Veredas*, nos proporciona um grande aprendizado.

O senhor... Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. Isso me alegra de montão. (GUIMARÃES ROSA, 1994)

Pensando em um desafinar e afinar no sentido coletivo, espera-se que nosso trabalho sirva para ampliar as discussões acerca da temática e traga maiores inquietações acadêmicas no sentido de repensar todos os lugares discutidos aqui, fundamentalmente visando o fortalecimento dos vínculos familiares e a importância dos vínculos de pertencimento social que deve favorecer o protagonismo do sujeito no contexto sócio político, cultural e educacional.

## REFERÊNCIAS

GIRARDI, Rosana Amara. **Em busca da família do novo milênio**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

HALL, S. In: SILVA, Tomas Tadeu; WOODWARD, K. **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

LACAN, Jacques. **As formações do inconsciente**. Ed. Zahar: Rio de Janeiro, 1999.

MARIOTI, Humberto. **Autopoiese, Cultura e Sociedade**. 2000. Disponível em:  
[http://www.institutoeu.com.br/arquivos/downloads/Autopoiese,\\_Cultura\\_e\\_Sociedade\\_08401.pdf](http://www.institutoeu.com.br/arquivos/downloads/Autopoiese,_Cultura_e_Sociedade_08401.pdf).  
Acessado em 13 fev. 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Diversidade, identidade, etnicidade e cidadania**. Departamento de Antropologia – USP. sd. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Palestra-Kabengele-DIVERSIDADEEtnicidade-Identidade-e-Cidadania.pdf>. Acessado em 13 fev. 2017.

ROSA, Guimarães. Grande sertão: veredas. In: \_\_\_\_\_. **Ficção completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

SANTOS, Fernanda Valéria Gomes. **Família: Peça Fundamental na Ressocialização de Adolescentes em Conflito com a Lei?**. 2007. 103 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 2007. Disponível em:  
[http://www.unicap.br/tede/tde\\_arquivos/1/TDE-2007-06-19T083950Z-97/Publico/Fernanda%20Santos\\_confrontado.pdf](http://www.unicap.br/tede/tde_arquivos/1/TDE-2007-06-19T083950Z-97/Publico/Fernanda%20Santos_confrontado.pdf). Acessado em: 03 fev. 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 15, n.2, jul./dez. 1995. Disponível em:  
<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acessado em: 03 fev. 2017.

FARIAS, Cristiano Chaves. Direito à família. SI, 2001. Disponível em:  
[www.unifacs.br/revistajuridica/arquivo/educacao\\_marco2004/docente/doc04.doc](http://www.unifacs.br/revistajuridica/arquivo/educacao_marco2004/docente/doc04.doc) . Acessado em: 01 fev. 2017.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomas Tadeu. **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZAMBERLAM, Cristina de Oliveira. **Os novos paradigmas da família contemporânea** – uma perspectiva interdisciplinar, Rio de Janeiro: Renovar, 2001.